

## Evitar contaminação incontrolada na Região

O Governo Regional decidiu endurecer a luta ao novo coronavírus, o que, na prática, significa restringir mais ainda a circulação desnecessária de pessoas e o confinamento de infectados e de quem chega à Madeira por via aérea. O grande objectivo é “evitar contaminação incontrolada na Região”.

Em conferência de imprensa, Miguel Albuquerque explicou que a intensificação das medidas se deve à constatação de que houve muitos cidadãos que não cumpriram com as regras impostas, contando-se, entre eles, alguns com confirmação de estarem infectados pelo novo coronavírus. Em simultâneo, a Região confronta-se com um crescimento acentuado do número de pessoas atingidas pela Covid-19 e as capacidades do serviço de saúde não são ilimitadas.

Uma das medidas mais fortes, anunciadas pelo presidente do Governo, foi que às zero horas do dia 31, amanhã, cessam todas as actividades económicas não essenciais. Pouco depois, directamente questionado pelos jornalistas, o presidente do Governo Regional deixou claro que essa imposição se aplica ao sector da construção e obras públicas.

Este foi um tema levantado pelo DIÁRIO, na última semana, na perspectiva do risco corrido pelos trabalhadores, para si e para familiares. Quem não gostou foi o presidente da ASSICOM. Jaime Ramos acusou o DIÁRIO de afectar o principal sector económico da Região.

A cessação das actividades económicas não essenciais vigora pelo prazo de 14 dias.

Outras das medidas anunciadas foi o confinamento obrigatório em unidade hoteleira de todos os casos que se venham a revelar positivos, a partir das zero horas do dia 31. Portanto, a partir da meia-noite de hoje, deixa de haver opção, por parte dos doentes com Covid-19, entre o domicílio e o hotel. Quem estiver infectado e não necessitar de internamento hospitalar, terá de ficar num dos hotéis requisitados pelo Governo regional para o efeito.

Miguel Albuquerque esclareceu que essa decisão se deve ao facto de ter havido quem, diagnosticado com Covid-19, não tenha cumprido a quarentena obrigatória. O confinamento obrigatório em hotéis “visa (responder) a constatação de que alguns cidadãos infectados não cumpriram as determinações de isolamento”.

Outra das medidas anunciadas foi como que um regresso ao passado. Quando o Governo anunciou a requisição do Hotel Quinta do Lorde foi o objectivo de impor uma quarentena de 14 dias a todas as pessoas que chegassem à Região. Poucos dias depois, isso deixou de ser bem assim. As pessoas iam para o hotel, mas depois de testadas poderiam continuar o isolamento em casa.

Agora, o Governo volta à versão original e tudo quem entrar na Região, com as excepções das razões sanitárias, tem de ficar em quarentena num dos hotéis.

Para o concretizar, O Governo Regional requisitou mais três unidades hoteleiras, que junta às duas inicialmente requisitadas. Assim, ao Praia Dourada, no Porto Santo, e ao Resort Quinta do Lorde, no Caniçal, juntam-se os

hotéis D. Pedro, em Machico, o Vila Galé, em Santa Cruz, e o Quinta do Sol, no Funchal.

Miguel Albuquerque esclareceu que o Governo Regional vai pagar a utilização dessas unidades hoteleiras, à excepção do Praia Dourada no Porto Santo, que é cedido gratuitamente pelo proprietário.

### **Unidades de saúde sem mobilidade**

A partir de agora, os trabalhadores de umas unidades de saúde não podem trabalhar noutras. O Governo Regional, no âmbito da reorganização do serviço de Saúde, decidiu proibir a mobilidade.

Miguel Albuquerque explicou que essa medida nem só foi tomada em diálogo com os profissionais de saúde, como, garantiu, foram eles próprios quem a solicitou.

O governante disse que a aceitação e imposição, por parte do seu executivo, visa preencher dois objectivos: salvaguarda dos profissionais e segurança dos utentes.

Ao prestar serviço em mais do que uma unidade de saúde, aumenta o risco de o próprio profissional ser infectado com o novo coronavírus. Por outro lado, a não mobilidade também evita que os profissionais sejam vector da Covid-19 e, assim, se tornem um perigo real para os doentes de outras unidades.

Por fim, mas igualmente importante, o Governo anunciou que pediu à PSP que reforce as medidas que visam evitar a circulação desnecessária das pessoas e, mesmo quando necessário, não permitir que se juntem mais do que duas.

Élvio Passos  
In “Diário de Notícias”